

Com moderação de **Reginaldo Camilo** (conselheiro da APEP e diretor-presidente da Fundação Itaú Unibanco), o terceiro painel do IV Seminário dos Fundos de Pensão e Patrocinadores Privados promoveu um debate aprofundado sobre a evolução dos critérios ESG (ambientais, sociais e de governança) nos investimentos institucionais. após reforçar o papel das entidades de previdência complementar na promoção de práticas ESG e destacar a importância da governança e da responsabilidade social na gestão dos fundos, ele definiu a ordem das participações, começando pelo histórico, passando pelos enfoques de risco e governança, e, por fim, supervisão.



Reginaldo Camilo

Participaram como debatedores **Fábio Almeida** (representante do PRI no Brasil), **Maria Paula Soares Aranha** (PFM Consultoria), **João Carlos Redondo** (MR Consultoria) e **Alcinei Cardoso Rodrigues** (Diretor de Normas da PREVIC).

Abrindo a discussão, Fábio Almeida apresentou um panorama da trajetória do ESG no Brasil, destacando o papel fundamental do PRI (Princípios para o Investimento Responsável) e a ampliação da adesão por parte de investidores institucionais. Especialista em finanças sustentáveis, enfatizou a necessidade de métricas claras e padronizadas para avaliar o desempenho ESG, permitindo uma comparação efetiva entre os fundos e promovendo a transparência para os participantes. Ele enfatizou que a adesão inicial às práticas ESG foi tímida no Brasil, mas houve uma virada após 2015. “Hoje, ESG deixou de ser um diferencial para se tornar uma exigência básica no processo de alocação de recursos”, afirmou.



Fábio Almeida

Na sequência, Maria Paula Soares Aranha, salientou a importância do ESG como instrumento de mitigação de riscos. Ressaltou a crescente demanda por investimentos responsáveis por parte dos participantes e alertou para os impactos financeiros, reputacionais e regulatórios associados à negligência desses critérios. “Gestores que ignoram indicadores ESG estão assumindo riscos invisíveis. Não se trata de ativismo, mas de uma postura responsável frente à gestão do patrimônio alheio”, pontuou.



Maria Paula Soares Aranha

Para João Carlos Redondo, o aspecto da governança é o mais estratégico, embora frequentemente negligenciado. Executivo referência em sustentabilidade, compartilhou experiências sobre a implementação de práticas ESG em empresas do setor, destacando os benefícios de longo prazo e a importância do comprometimento da alta liderança. “É ela quem garante a perenidade e a autenticidade das práticas ambientais e sociais no longo prazo. Sem governança sólida, ESG vira apenas marketing”, evidenciou.



João Carlos Redondo

Finalizando o painel, Alcinei Cardoso Rodrigues reforçou o papel da supervisão. Segundo ele, a PREVIC está atenta e alerta para que os fundos considerem ESG nos seus processos decisórios. E já vem adotando medidas para incorporar as práticas ESG no processo regulatório. “Estamos passando do campo das recomendações para o das exigências formais. ESG não é modismo, é uma diretriz permanente da supervisão, com peso técnico e regulatório”, concluiu.



Alcinei Cardoso Rodrigues

O painel constatou que, embora avanços tenham sido feitos, ainda há desafios a serem superados na implementação efetiva das práticas ESG no setor previdenciário. A integração desses critérios nas decisões de investimento é essencial para garantir a sustentabilidade e a responsabilidade social dos fundos de pensão.

[>>Assista à gravação do Painel 3](#)

Fonte: [APEP](#), em 05.06.2025.